



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

VANESSA GOMES DA COSTA

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS POLÍTICO PEDAGÓGICAS
DOS CURSOS DE PEDAGOGIA BILÍNGUE**

São Carlos

2019

VANESSA GOMES DA COSTA

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS POLÍTICO PEDAGÓGICAS
DOS CURSOS DE PEDAGOGIA BILÍNGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de São Carlos, como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos

São Carlos

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar sabedoria e forças para lidar com as dificuldades, por me conceder vida e saúde para vencer mais essa etapa.

Aos meus pais Manoel e Maria que sempre estiveram ao meu lado (mesmo de longe) apoiando a minha trajetória.

Aos meus irmãos Renata, Paulo Sérgio, Gessé pelo incentivo, principalmente minha irmã Michele pelas trocas de ideias e por me ajudar tanto.

Ao meu namorado Antônio Paulo, pela paciência demonstrada, pelo incentivo, pela compreensão das ausências.

Agradeço especialmente à Yvonne e ao Dr. José Guilherme Sabe, André Sabe, Fernanda Lobo, meus chefes, por me proporcionarem a oportunidade de estudar e trabalhar. Por tudo o que fizeram e fazem por mim, pelos horários flexíveis. Sei que sem vocês eu não teria alcançado o que alcancei até hoje.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dra. Lara Ferreira dos Santos pelo apoio e auxílio na realização deste trabalho, por me indicar a direção correta.

A querida Sandra pelo incentivo e colaboração durante esses anos.

A minha colega Paula Braz pelas caronas e pelo incentivo frequente. A todos meus colegas.

A todos os meus professores do curso de licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral identificar e analisar as propostas de projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia Bilíngue oferecidos no Brasil, a fim de identificar o profissional esperado para atuação no espaço escolar e os tipos de espaço de atuação possibilitados pela formação. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa documental descritiva, valendo-se de recursos de buscas em sites, documentos e levantamento bibliográfico. Em nosso país há três cursos: no Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), no Instituto Federal de Goiás – Câmpus de Aparecida de Goiânia e no O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Palhoça. A partir da leitura e análise dos Projetos Político Pedagógicos foi possível identificar alguns pontos relevantes, como a prioridade para ingresso de surdos em alguns cursos, bem como a oferta de prova em Libras, e o tipo de formação, mais ampla ou restrita a depender do curso. Os resultados indicam a necessidade de discussões mais amplas sobre o profissional desejado, dando espaço ao sujeito surdo para que possa ser educador junto aos seus pares. Esperamos, com este estudo, contribuir para as discussões da área e promover reflexão acerca de investimentos em cursos como estes.

Palavras-chave: Pedagogia Bilíngue; Projetos Político Pedagógicos; Educação de Surdos; Educação Especial.

Vanessa Gomes da Costa

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS POLÍTICAS PEDAGÓGICAS
DOS CURSOS DE PEDAGOGIA BILÍNGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de São Carlos, como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Especial.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos - UFSCar

Prof. Ms. Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamlourengo- UFSCar

Prof. Dra. Lara Ferreira dos Santos - UFSCar (orientadora)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil do Curso	20
Quadro 2 - Perfil do Curso no IFSC.....	22
Quadro 3 - Perfil do Curso no IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia.....	24
Quadro 4 - Perfil do Curso no INES - Rio de Janeiro.....	26
Quadro 5 - Comparativo entre as cargas horárias compilado dos quadros 2, 3 e 4.....	29

LISTA DE SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
EAD – Ensino à Distância
E-MEC – Plataforma de Tramitação Eletrônica dos Processos de Regulamentação da Educação Superior
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
E.J.A. – Ensino de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSES – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFG – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LS – Língua de Sinais
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISUTEC – Sistema de Seleção da Educação Profissional e Tecnológica
TILSP – Tradutor Intérprete em Língua de Sinais
UEPA – Universidade Federal do Pará
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul)
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNICEP – Centro Universitário Central Paulista
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1	10
CONTEXTO E SURGIMENTO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA BILÍNGUE	10
1.1 Aspectos legais sobre a Pedagogia Bilíngue	12
1.2 Projetos Político Pedagógicos (PPP) ou Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)	15
1.3 Justificativa	18
1.4 Objetivos	19
1.5 Objetivos Específicos.....	19
CAPÍTULO 2	20
METODOLOGIA DA PESQUISA	20
CAPÍTULO 3	22
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
3.1 Descrição do perfil dos cursos	22
3.2 Comparativo entre os requisitos básicos das três instituições.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

APRESENTAÇÃO

Sou Vanessa Gomes da Costa, nasci em Pindaí, interior da Bahia. Minha trajetória escolar teve diferentes contextos, iniciando em 1994 até o ano 2004 em escolas públicas do município de Pindaí, Bahia.

Quanto ao ensino médio, já na cidade de São Carlos, em 2006, cursei o 3º ano ensino médio, na Escola Estadual Antônio Militão de Lima, onde fiz o E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos).

Depois de algum tempo, consegui uma bolsa PROUNI, para cursar Ciências Biológicas na Faculdade UNICEP em São Carlos/SP. Com isso, iniciei a graduação, porém não finalizei o curso, pois, devido à doença de minha vó, voltei para Bahia para cuidar dela. Posteriormente, retornando à São Carlos, no ano de 2014 consegui uma bolsa pelo programa SISUTEC para realizar o curso de Técnico em Segurança do Trabalho, no SENAC, no qual me formei no final de 2015.

O sonho de estudar na UFSCar tomou força com o meu pai que me incentivava muito para que isso acontecesse. Comecei a fazer cursinho para prestar o vestibular e tive a oportunidade de conhecer o curso de Educação Especial através de minha chefe.

Meu sonho e de meu pai se realizou, através de uma vaga na UFSCar para o curso de Educação Especial, com a nota do ENEM, no ano 2016.

Desde então, tento conciliar o curso na universidade com a carga horária de meu trabalho. Foram dias difíceis, mas posso dizer com grande prazer que Deus me ajudou até aqui, e agora em 2019 estou finalizando o curso.

Gosto muito do que eu faço, pois tenho oportunidade de interagir com as pessoas, aprender os conteúdos das disciplinas, realizar os estágios, conversar com os professores, todas essas etapas fazem parte desse grande aprendizado.

Sei que existem muitos desafios ainda (como este), pois, pretendo continuar estudando para abrir novos horizontes e crescer como pessoa, como profissional, como cidadã.

O envolvimento com a área da surdez e da Libras teve início devido a relatos e experiências em uma disciplina da área, ofertada no segundo ano da graduação, e depois com a minha realização de estágio em uma sala de aula bilíngue de uma escola municipal. Após todo este percurso surgiu o interesse pelo tema de pesquisa, que tem por objetivo geral

analisar as propostas de projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia Bilíngue oferecidos no país, a fim de identificar o profissional (surdo ou ouvinte) esperado para atuação no espaço escolar e os tipos de espaço de atuação. O trabalho está organizado em quatro capítulos.

No capítulo um é apresentado o contexto e surgimento do curso de Pedagogia Bilíngue. Discutimos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que relata o direito de toda e qualquer pessoa com deficiência de acesso à educação. Na sequência, apresentamos o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), que regulamenta ao longo de seus capítulos a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), e o art. 18 da Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000).

No capítulo dois apresenta-se a metodologia do trabalho, partindo da realização de busca em sites institucionais sobre os projetos políticos pedagógicos disponíveis nas instituições credenciadas com a oferta de cursos de Pedagogia Bilíngue. Encontram-se os resultados obtidos através das buscas feitas no site *E-Mec*, a fim de identificar quais instituições oferecem o curso em questão no país.

No capítulo três está a apresentação e análise dos dados coletados, demonstrado através da descrição do perfil dos cursos.

Por fim, no capítulo quatro como considerações finais, estão colocados os resultados obtidos através da análise do estudo realizado.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO E SURGIMENTO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA BILÍNGUE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2011), estabeleceu que toda e qualquer pessoa com deficiência deveria ter acesso à educação. Dando continuidade a esse processo de inclusão, tem-se o Decreto 5.626, de 23 de dezembro de 2005, que regulamenta ao longo de seus capítulos a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Nas últimas décadas, no contexto educacional, as propostas de acessibilidade e inclusão são crescentes, conforme apontam dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2017). Por meio de políticas públicas foram geradas condições para implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência, implementações estas arquitetônicas, urbanística e de transportes, bem como, aquelas necessárias para a inclusão digital. O primeiro evento de mobilização para essa proposta foi a I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência que aconteceu no período de 12 a 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), em Brasília, e tornou-se um marco social, político e histórico. O evento foi promovido pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência). Foram aprovadas cerca de 265 propostas de ações e deliberações, para serem aplicadas a curto, médio e longo prazo.

Quanto à educação para surdos, tem-se avançado lentamente na promoção de direitos desde então, mas a legislação brasileira, apesar de oferecer amparo a este retrato, engatinha comparada a outros países.

O Decreto 5.626 discorre sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular para o exercício do magistério nos cursos de formação de professores em nível médio e superior, e dos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de nível superior público e privado. Trata sobre os requisitos e parâmetros pertinentes para a formação de professores e instrutores em Libras, bem como do uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, e também da formação de professor bilíngue e do Tradutor e Intérprete de Libras na Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

As demais disposições de que trata o Decreto dizem respeito à garantia do direito a Educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, à garantia do direito a saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, complementadas pelo papel do Poder Público e

das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras (BRASIL, 2005).

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2017) os dados mais atualizados que temos sobre o número de indivíduos com alguma deficiência auditiva no Brasil, remontam ao ano de 2010, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizou o último levantamento. Os dados apontam para a quantidade de 9,7 milhões de pessoas em todo o Brasil. Deste total, cerca de 2,2 milhões têm deficiência auditiva severa, e, entre estes, 344,2 mil são surdos¹ (IBGE, 2010). No entanto, o estudo não é preciso ao afirmar o grau de severidade nos casos, pois estes foram levantados tendo a população como relatante, e não notificados por órgãos de saúde competentes. Seguramente pelos dados levantados não se pode afirmar: quantos brasileiros são clinicamente e legalmente surdos; quantos brasileiros usam implante coclear; quantas pessoas usam aparelhos auditivos; quantos deficientes auditivos são oralizados; quantas pessoas utilizam a Língua Brasileira de Sinais; quantas pessoas são bilíngues (português/Libras); quantas pessoas estão em escola inclusiva; quem precisa acessibilidade no atendimento de serviços públicos, cinemas e serviços telefônicos.

O processo educacional dos surdos apresenta as diversas faces de uma educação excludente, porque muitos surdos tiveram que abrir mão da língua de sinais para aprender uma nova modalidade de comunicação, com sinais e gestos ou ainda sendo obrigados a emitir sons que não faziam parte de sua natureza. O fato da língua de sinais ser reconhecida como língua de surdos, por vias legais, fortaleceu o grupo, gerando propostas como as oferecidas atualmente pela grade curricular das instituições formadoras de profissionais da educação de surdos.

De acordo com o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), os surdos atualmente têm direito a uma educação bilíngue, em que Libras e Língua portuguesa sejam línguas de instrução. O texto do Decreto afirma ainda que para os anos iniciais de escolarização da criança surda é necessária a presença de professores bilíngues. Em seu capítulo III, sobre a formação do professor para atuação na educação de surdos, encontra-se no Artigo 5º.:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais de ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe (BRASIL, 2005).

¹ Consideramos pessoa surda sob o viés sócio-antropológico considera a diferença linguística e cultural.

Compreendemos que a partir de então surgiu a necessidade de criação de Cursos em nível superior com a presença e uso da Libras para constituição de professores bilíngues. Mas será que tais cursos são hoje ofertados? Como se constituem? De que formas são oferecidos? Essas perguntas passaram a nos inquietar e mover nosso desejo de pesquisa.

Os Projetos Políticos Pedagógicos nas instituições servem de parâmetro e “farol” à Educação Bilíngue, contribuindo para que os surdos tenham acesso a todas as etapas da educação, uma vez que esta é a grande reivindicação da comunidade surda do Brasil (ESTRADA, 2019). A elaboração deste trabalho, então, tem como objetivo analisar as propostas e Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia Bilíngue no país, seus pontos relevantes, bem como analisar os componentes presentes, trazendo o que há de aspectos comuns e divergentes.

De acordo com Martins (2016, p.717):

Foi o encontro com outra discursividade da surdez, como diferença linguística, portanto, que faz hoje pesquisadores se debruçarem sobre novas práticas educacionais, às quais tem sido convocada pela militância surda. Rompe-se o paradigma atual de inclusão ao conferir uma escola outra, inserindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como presença ativa neste cotidiano (MARTINS, 2016, p.717).

Neste contexto podem-se observar as novas práticas desenvolvidas nas relações educacionais, prioritariamente no que diz respeito à formação de profissionais atuantes na Língua de Sinais. Essas práticas levam ao surgimento de novas iniciativas, que desencadeiam novas perspectivas educacionais, abrindo horizontes para o desenvolvimento de novas técnicas e habilidades, pois sabemos que toda ação leva a uma reação, quer seja positiva ou negativa. Nesse caso em específico, desencadeada positivamente pelo aumento e conscientização social da responsabilidade delegada às instituições como formadoras de cidadãos (MARTINS, 2016).

Após esta breve introdução à temática, iniciaremos as discussões acerca da pedagogia voltada ao aluno surdo.

1.1 Aspectos legais sobre a Pedagogia Bilíngue

A escolarização que respeita a condição da pessoa surda, sua experiência visual como constituidora de uma cultura singular, sem, contudo, desconsiderar a necessária aprendizagem do português. Demanda o desenho de uma política linguística que defina a participação das duas línguas na escola em todo o processo

de escolarização de forma a conferir legitimidade e prestígio da Libras como língua curricular e constituidora da pessoa surda (BRASIL, 2014, p.6).

Acreditando que a pessoa surda tem direito à instrução em uma língua que seja acessível, iniciamos este tópico com a definição de Educação Bilíngue, apresentada no relatório desenvolvido pelo Ministério da Educação que fornece os subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue (Libras/Português) (BRASIL, 2014). Concordamos com o exposto, entendendo que para uma formação bilíngue do aluno surdo, é importante que a formação do professor bilíngue seja também objeto de investimento.

A educação para surdos comemorou 160 anos no Brasil no ano de 2017, sendo implementadas ações nos últimos anos em prol da comunidade surda, como a criação do curso em Letras/Libras em 2006, e do Curso Bilíngue em Pedagogia presencial do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES em 2011. As políticas públicas têm caminhado em busca de maior abertura cultural e letramento para essa parcela da sociedade (BRASIL, 2014).

Sabe-se que a pedagogia é uma ciência ou disciplina do ensino que começou a se desenvolver no século XIX (LIMA, 1975 *apud* LEITE, 2016, p. 93). A diversidade de temas educacionais estudados pela pedagogia quer sejam no âmbito prático ou teórico, tem como objetivo principal a adequação e implementação de melhorias na evolução de aprendizagem dos envolvidos. Fora o quesito educacional, a pedagogia busca inserir o desenvolvimento social, políticos e inclusivos às pessoas com deficiência através da reflexão. Socialmente, a Pedagogia se interliga com a sociedade e a educação. (SAVIANI, 2008 *apud* LEITE, 2016, p. 93).

Segundo Cambi (1999) *apud* Leite (2016, p.93), a história da pedagogia torna-se mais ativa entre os séculos XVIII e XIX, através de profissionais da área escolar, que buscam envolvimento político, tornando a educação uma instituição, conforme o pensamento estabelecido por uma sociedade moderna, buscando novas técnicas de formação e mais culta, com pensamento não apenas na formação educacional, mas sim para formar cidadãos.

Então, segundo o Decreto 5.626, é adequado que o surdo aprenda primeiramente a Libras e posteriormente o Português, na modalidade escrita. Segundo Quadros; Schmiedt (2006), Góes (1999) Skliar (1998) e Fernandes (2003), não se trata de simplesmente tornar disponível o uso de duas línguas no contexto escolar, tomando a língua de sinais como primeira língua e a Portuguesa como segunda língua. Bilinguismo é mais do que o domínio puro e simples de outra língua como mero instrumento de comunicação. E neste sentido,

apenas os integrantes dessa comunidade, como surdos, podem contribuir de modo efetivo para a educação de crianças surdas (FERNANDES, 2003).

Entretanto, o aprendizado do aluno surdo não deve se restringir à língua de sinais e a língua portuguesa; o aluno deve e tem o direito de aprender os demais conteúdos acadêmicos assim como as crianças ouvintes, e é por isto que frisamos tanto a importância do bilinguismo, pois é somente pelo acesso aos conteúdos em sua língua que ele terá as mesmas oportunidades que os ouvintes.

A educação é considerada o único meio pelo qual o indivíduo pode promover a sua revolução. Neste sentido, é necessário cada vez mais avançar na formação de pedagogos para que possam atender as especificidades do atual mercado de trabalho com excelência (LEITE, 2016).

Compreendemos que ao profissional que atua na educação de surdos, deve ser ofertada uma formação específica em pedagogia bilíngue, conforme indicação por lei. Segundo Leite (2016) o pedagogo bilíngue é um profissional fluente em Libras/Língua Portuguesa que tem a responsabilidade de alfabetizar e numerar (referindo-se ao ensino de matemática) o sujeito visual. Sua alfabetização bilíngue, deve ocorrer por meio do ensino da escrita e leitura, e, também, da Língua Portuguesa como segunda língua. Podemos observar, então, que o ensino em Libras, e o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, pressupõem uma formação específica para o professor que atuará na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental (LEITE, 2016).

A pedagogia deve considerar como proposta o individualismo de cada ser, visando a formação dos alunos e buscando adequar o ensino a cada um dos receptores. Sabemos que para a individualização pedagógica para surdos necessita-se de profissionais de pedagogia com formação mais substancial, pois o ensino e a prática pedagógica representam dimensões maiores, envolvendo política, sociologia e senso histórico, de modo que o professor possa ser compreendido e ampliado por seu “feeling” didático e pedagógico, de onde serão extraídos seus objetivos e de onde, através das ações planejadas, será obtido o envolvimento dos alunos com a proposta de ensino (MARTINS, 2016).

Podemos entender que a pedagogia envolve outros fenômenos da educação, que vão além da docência, o que nos leva a compreender a Pedagogia como a ciência que tem a educação como objeto de estudo, atuando na formação de seres, na complexidade da educação individual e coletiva. Assim, a Pedagogia é mais que uma ação formadora/educadora em sala de aula, é dialógica e integradora, capaz de transformar e socializar os mais diversos saberes

na construção do conhecimento. Com base nessas contribuições, podemos entender que o pedagogo vai além do tradicional método de ensinar, de planejar, de elaborar, de executar suas atividades dentro de sala de aula. Ele é um mediador entre a escola e o mundo funcional, podendo compartilhar isso com seus alunos dentro de sala de aula. Sabemos que a interação é fundamental em todas as etapas do ensino-aprendizagem, sendo assim, perguntamo-nos: como essa interação acontece com um aluno surdo? Em outras palavras, questiona-se como será a troca de saberes e aprendizados do aluno visual com o pedagogo sem que este esteja instrumentalizado e capacitado para atuar com esse sujeito particular (LEITE, 2016).

Quanto ao embasamento legal para a formação e atribuições do professor bilíngue, estas estão pautadas no Decreto de 5.626, de 23 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a atuação desse profissional, sendo as principais características: atuar na docência na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva bilíngue; compreender o contexto histórico, sociocultural e científico dos processos de formação humana, de produção do conhecimento e de organização do trabalho pedagógico, na perspectiva de uma educação crítica, que contribua para a transformação social.

1.2 Projetos Político Pedagógicos (PPP) ou Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)

Os projetos pedagógicos são documentos criados pelos departamentos acadêmicos dos cursos, responsáveis pelo estabelecimento de critérios curriculares essenciais na formação profissional do indivíduo. Deve ser um documento normativo, que estabelece os parâmetros de estruturação dos cursos, bem como a abrangência social a qual se espera alcançar com tal documento. Ele cria condições curriculares e estruturais para servir de guia aos docentes e funcionalismo como um todo. Sendo sua característica primordial a orientação para o desenvolvimento humano e social (BRASIL, 1997).

Outras questões que envolvem os projetos pedagógicos, dizem respeito ao conhecimento das políticas públicas essenciais para a formação do indivíduo, bem como as ferramentas disponíveis para que sejam alcançados os objetivos propostos (SEBRAE/MG, 2008). De forma geral, os projetos pedagógicos apresentam: fundamentos teóricos, pedagógicos e filosóficos; as matérias curriculares e disciplinas; prática profissional.

Sendo assim, um curso de Pedagogia Bilíngue tem muito mais do que o desafio de qualificar o docente em língua de sinais, ele terá que descobrir e elaborar novas formas de pensar a pedagogia como fator educacional e formador de indivíduos. Através de

fundamentos básicos no cotidiano escolar e também na reciprocidade do aprender com o processo bilíngue, pois de acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia Bilíngue de Palhoça, SC, a Pedagogia Bilíngue “envolve duas línguas completamente diferentes, a visual-espacial e a oral-auditiva” em sua modalidade escrita, sem deixar de levar em conta as questões culturais que as envolvem (IFSC, 2016, p.15).

A inserção de novas políticas e estratégias pedagógicas acabam por gerar mudanças na forma de aprendizado dos surdos, o que leva a conflitos e tensão, pois, ao chegarem à escola se deparam com um ensino de língua sistematizado, sendo que até então utilizavam apenas comunicação gestual em seus lares. Não que esses indivíduos não aceitem essa nova proposta – de crescerem bilíngues -, mas apenas refletem o vácuo cultural e linguístico existente pela falta de escolas estruturadas com profissionais capacitados para atendê-los.

A criação de escolas diferenciadas para surdos e onde a inclusão bilíngue acontece será possível quando houver boa vontade política em quebrar barreiras e lançar novos desafios para a educação de uma forma geral, seja possível. Nas experiências positivas geradas pelo INES, amplia-se a esperança e expectativas de transformar a inclusão para se criar novas condições de ensino para surdos, construindo-se pontes entre a sociedade e as políticas públicas, responsáveis pelas implementações de uma legislação mais abrangente e inclusiva, derrubando com isso as barreiras das especificidades. (MARTINS; LACERDA, 2016).

Como fator de embasamento para esse exemplo citado acima e para a formulação da política de ensino às pessoas com deficiência auditiva, o MEC aliou-se ao INES, dos quais se vale da experiência e capacitação do corpo docente, estimulando e promove fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todos os estados e no Distrito Federal. Em sua sede, no Rio de Janeiro, além das aulas para os níveis fundamental e médio, o INES, formam profissionais surdos e ouvintes no curso bilíngue de pedagogia, experiência pioneira na América Latina. No campus do INES são oferecidos cursos de Graduação Educação Bilíngue, e ainda Pós Graduação *Latu Sensu* e *Stricto Sensu*, curso de Aperfeiçoamento TILSP, Extensão e Curso de Libras. Atualmente o curso funciona também pelo sistema de Ensino a Distância (EAD), administrado em 12 pólos universitários federais e 01 em âmbito estadual².

²Os polos são: UFC - Universidade Federal do Ceará - Fortaleza (CE); UEPA - Universidade do Estado do Pará - Belém (PA); UFAM - Universidade Federal do Amazonas - Manaus (AM); UFPB - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa (PB); UFPR - Universidade Federal do Paraná - Curitiba (PR); UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo - Campus Guarulhos (SP); IFES - Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Campus Palhoça (SC); UFLA - Universidade Federal de Lavras - Lavras (MG); UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados - Dourados (MTS); UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre (RS); UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Amargosa (BA); IFG- Universidade

A oferta razoável de cursos de extensão em Libras e o número de pesquisas acadêmicas relacionadas têm aumentado nos últimos tempos. No entanto, os cursos de formação ainda estão restritos e resumem-se, em sua grande maioria, aos cursos de Letras/Libras, na modalidade Licenciatura ou Bacharelado (LEITE, 2016, p.96).

Realizando um levantamento no *website* do MEC foi possível apurar que o número de instituições credenciadas a oferecer o curso de Pedagogia no país são 3.075, destas, o curso de Letras/Libras aparece em 65 instituições, enquanto o curso de Pedagogia Bilíngue aparece somente no Instituto Federal de Goiás, no Instituto Federal de Santa Catarina de forma presencial e no INES, com oferta do curso presencial (no Rio de Janeiro) e à distância em diversos estados.

Com essa informação é possível concluir, que os departamentos acadêmicos das universidades federais e particulares vêm buscando inserir a formação em Libras em seu rol de cursos quer sejam em nível de graduação, pós-graduação, ou especialização. No entanto, a formação em Pedagogia Bilíngue ainda está longe de se atingir níveis simbólicos.

Voltando às instituições referenciadas que oferecem o curso de Pedagogia Bilíngue, apurou-se que as três disponibilizam o Projeto Político Pedagógico do Curso de forma online, sendo, no caso do INES, um único PPC estendido para os treze pólos abrangidos pela instituição, inclusive a matriz. O projeto é disponibilizado juntamente com os demais requisitos para ingresso no curso, o mesmo acontece com os cursos de Pedagogia Bilíngue.

1.3 Justificativa

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (CANDIDO; NASCIMENTO; MARTINS, 2016). Para tanto a necessidade de pontuar as instituições que oferecem o curso de formação bilíngue e seus (PPP) Projetos Políticos Pedagógicos vem ao encontro da realidade vivenciada e almejada. O interesse pelo tema surgiu do escasso número de trabalhos que referenciam sobre as instituições formadoras de profissionais Pedagogos Bilíngues e pela necessidade de discussão de dados atualizados nesse quesito. A formação pedagógica bilíngue tem se incorporado aos poucos nos meios de comunicação, reavivando os questionamentos e necessidade de uma educação bilíngue para alunos surdos.

O objeto de estudo deste trabalho envolve o PPP dos cursos de Pedagogia Bilíngue, no entanto, ao longo das buscas tem-se observado que as variações apresentadas pelos *websites* institucionais tornam a pesquisa estafante e muitas vezes sem sucesso. No entanto, apesar de buscas frustradas, algumas instituições disponibilizam o material de forma transparente para consulta. Há que se pensar também que o fato do PPP não estar disponível na *web* não signifique a sua inexistência, pois são requisitos básicos para os cursos. O que se nota realmente, é que a grande maioria, se o possuem não o disponibilizam para o público interessado ou o mantêm em links de difícil acesso pelos interessados.

Uma vez que os PPPs são instrumentos que refletem a proposta educacional da escola e universidades, pois seguem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), torna-se um instrumento de auxílio curricular. Na prática é ele quem estipula quais são os objetivos do curso, em todas as suas dimensões, e o que vai fazer para alcançá-los. Nele, serão considerados todos os âmbitos que compõem o ambiente educacional, como: a proposta curricular, o próprio método de ensino; as diretrizes sobre a formação dos professores; o plano para desenvolvimento e capacitação contínuos da equipe e diretrizes para a gestão administrativa. Para que a proposta curricular e as diretrizes sobre o corpo docente sejam cumpridas é necessário que exista um suporte

administrativo bem organizado. O documento apontará o caminho para que a gestão da escola viabilize os outros pontos.

Em resumo, pode-se dizer que o documento funciona como um mapa para que a instituição alcance seu potencial máximo, adequando-se ao contexto no qual está inserida e contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento de seus alunos. Por esta razão torna-se relevante analisar os documentos relacionados a um curso tão recente: a Pedagogia Bilíngue.

1.4 Objetivos

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar as propostas de projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia Bilíngue oferecidos no país, a fim de identificar o profissional (surdo ou ouvinte) esperado para atuação no espaço escolar e os tipos de espaço de atuação (nível escolar com maior enfoque).

1.5 Objetivos Específicos

Diante da proposta apresentada acima no objetivo geral podemos trabalhar para que os seguintes objetivos específicos sejam atingidos:

- identificar o perfil profissional desejado nestes cursos;
- identificar aspectos em comum e em desacordo entre os projetos encontrados;
- Identificar os possíveis espaços de atuação profissional.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho se caracteriza do ponto de vista metodológico como uma pesquisa de caráter qualitativa e documental, descritiva, que tem como foco traçar as características de um determinado assunto (GIL, 2008), neste caso, sobre os cursos de Pedagogia Bilíngue que estão disponíveis em instituições nacionais e que possuem seus PPPs ou PPCs definidos, a fim de identificar alguns aspectos trazidos neles.

Para tanto o percurso metodológico partiu da realização de busca em sites institucionais sobre os projetos políticos pedagógicos disponíveis nas instituições credenciadas com a oferta de cursos de pedagogia bilíngue. Primeiramente realizaram-se buscas no site *e-mec*, a fim de descobrir quais instituições oferecem o curso em questão no país; posteriormente a coleta de dados foi possível acessar as páginas das universidades responsáveis pelos cursos a fim de buscar seus PPPs. As três instituições disponibilizam seus PPPs em suas suas páginas de coordenação dos cursos oferecidos *sites*.

O Brasil abriga hoje, três cursos de Pedagogia Bilíngue: no Instituto Federal de Goiás, em Aparecida de Goiânia; no Instituto Federal de Santa Catarina, em Palhoça; e no Instituto Nacional de Educação de Surdos INES, no Rio de Janeiro. Este último ofertado na modalidade à distância, porém com treze pólos presenciais.

A partir dos documentos encontrados, desenvolvemos um quadro no qual foi possível inserir as informações desejadas de forma mais sistematizada, permitindo a identificação de aspectos de interesse de maneira pontual.

O quadro traz informações sobre a instituição, e o curso de forma mais geral, como carga horária, perfil do egresso, carga horária em disciplinas e estágio, conforme exemplo abaixo:

Quadro 1 - Perfil do Curso

Instituição	Carga horária total do curso	Perfil do egresso	Área de atuação do profissional	Carga horária das disciplinas	Carga horária do estágio Supervisionado
-------------	------------------------------	-------------------	---------------------------------	-------------------------------	-----------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora

A partir deste quadro, traçaremos o perfil dos cursos, de forma ampla, e faremos uma breve análise. Posteriormente selecionamos algumas informações de interesse para uma análise mais aprofundada, como formas de ingresso e disciplinas voltadas aos diferentes ciclos e etapas educacionais.

Após o preenchimento das fichas com as informações, apresentaremos as mesmas no capítulo a seguir e faremos as discussões com embasamento na literatura da área e na legislação atual sobre educação de surdos.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Descrição do perfil dos cursos

Iniciaremos este capítulo com a apresentação dos cursos e uma análise breve do que cada um propõe.

Quadro 2 - Perfil do Curso no IFSC

Instituição	Carga horária total do curso	Perfil do egresso	Área de atuação do profissional	Carga horária das Disciplinas	Carga horária do estágio Supervisionado
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina (Câmpus Palhoça) (Presencial)	3.460 h/ aulas	Docência	Formação de profissionais de Educação–bilíngue (Libras-Português)	2.880 h/aulas atividades formativas e 200 h/aulas atividades complementares	400 h/aulas

Fonte: Elaborado pela autora

O Instituto Federal de Santa Catarina, ao longo dos anos, passou por sucessivas mudanças estruturais, desde o Liceu Industrial de Florianópolis (1937); Escola Industrial de Florianópolis (1942); Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1962); Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968).

Em 2002 foi transformado em CEFET, ampliando e diversificando suas atividades, com a implantação de cursos de graduação tecnológica, de pós-graduação (especialização) e a realização de pesquisa e de extensão. Em 2008, a Lei nº 11.892 cria os Institutos Federais, então a comunidade do CEFET opta pela transformação em Instituto Federal, oferecendo cursos de qualidade e gratuitos por todo o Estado de Santa Catarina.

Quanto ao curso de Pedagogia Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina, este é mantido pela instituição, no campus universitário de Palhoça. Palhoça está localizada a cerca de 25 km de Florianópolis, sendo que o Campus Palhoça Bilíngue é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue – Libras/Português. O Campus tem a missão de desenvolver e difundir conhecimento científico

e tecnológico e formar indivíduos para o exercício da cidadania e da profissão, visando a perspectiva bilíngue, além de contribuir com a ampliação do campo de ação desta instituição pública.

A formação bilíngue é inovadora na formação de pedagogos, além da construção em conhecimentos teóricos e práticos relacionados aos aspectos tecnológicos, linguísticos, culturais e pedagógicos.

De acordo com o PPP do curso, as pesquisas que serão desenvolvidas no Câmpus objetivam um desenvolvimento gradativo de sistemas computacionais e novas tecnologias para serem aplicados em ambiente educacional, sendo complementadas por uma equipe de professores surdos e ouvintes, intérpretes e técnicos administrativos.

O curso é ofertado anualmente no período noturno, sendo oferecidas 40 vagas em cada processo seletivo. O ingresso é regrado por edital público e de acordo com a normatização do Instituto Federal de Santa Catarina e legislação pertinente para cursos de licenciatura. As aulas de aprendizagem na modalidade são de forma presencial em sala de aula e os materiais didáticos também são disponibilizados online, na plataforma *Moodle* (sistema para a criação de cursos online, conhecido também como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)).

O foco da formação no Câmpus Palhoça é o preparo de profissionais bilíngues com foco nas línguas Libras e Português, para atuação na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A organização do curso é através de matrícula por Interdisciplinas e/ ou Componentes Curriculares, que estão organizadas em eixos temáticos que norteiam os conteúdos destas durante o semestre, conforme se observa: Atividades formativas: 2.460 horas; Prática como componente curricular (PCC): 400 horas; Estágio curricular supervisionado: 400 horas; Total grade curricular: 3.260 horas; Atividades complementares: 200 horas; Total geral do curso: 3.460 horas.

Integram ainda a base curricular do curso três núcleos de formativas, sendo: Núcleo de estudos de formação geral; Núcleo de aprofundamento e diversificação nos estudos e, Núcleo de estudos integradores.

A partir desses núcleos se produziu a matriz curricular que se expande nos seguintes eixos temáticos, conforme núcleo em que está alocado, ou seja: Educação como processo histórico, político e social; Infâncias, conhecimento, aprendizagem e subjetividade; Linguagens e educação; Áreas de conhecimento e construção de projetos; Identidade e diferença nas práticas pedagógicas; Políticas públicas e gestão da educação; Práticas pedagógicas I e II.

As metodologias do ensino abordam ambientações entre a teoria e a prática, através dos conteúdos da sala de aula, quer sejam trimestralmente ou semestralmente, através de seminários integrados e interdisciplinares, estágios supervisionados, projetos de pesquisa e/ou extensão, trabalho de conclusão de curso, etc.

O PPP traz ainda em suas páginas um histórico do desenvolvimento da Educação Bilíngue no mundo e recentemente no Brasil. Fala sobre as Políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9694/1996), Lei 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005.

Nota-se, portanto, que o enfoque na formação deste profissional aparenta estar voltado à prática de sala de aula, diante do exposto sobre o perfil do egresso e da área de atuação profissional. Este dado mostra-se de grande relevância, visto que não é comum observar nas pesquisas, e mesmo em salas de aula, a presença de professores com perfil da Pedagogia Bilíngue. Este investimento faz-se necessário num momento como o atual, em que as práticas de educação bilíngue vem sendo questionadas e carecem de solidificação como área de atuação.

Quadro 3 - Perfil do Curso no IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia

Instituição	Carga horária total do curso	Perfil do egresso	Área de atuação do profissional	Carga horária das disciplinas	Carga horária do estágio supervisionado
IFG – Instituto Federal de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia (presencial)	3.467 h/aulas	Docência Infantil, Fundamental e Médio, Educação Profissional; - Trabalhar em espaços escolares e não escolares; - Atuar e participar diretamente na gestão das instituições; - Atuar como pesquisador.	- formação do educador com ênfase na práxis social nos distintos processos educativos: escolares (docência, gestão e pesquisa) e não escolares.	2.835h/aulas atividades formativas e 200h/aulas atividades complementares	432h/aulas

Fonte: Elaborado pela autora

No Instituto Federal de Goiás, o curso de Pedagogia Bilíngue Libras/Português é ofertado no Câmpus de Aparecida de Goiânia. O município é atualmente o segundo maior do Estado de Goiás e um dos principais centros industriais, daí a importância para se tornar um

dos Institutos do Estado. O Campus é relativamente novo, pois foi inaugurado em 2012, porém, o PPP do curso de Pedagogia Bilíngue tem a data de Julho de 2018.

Quanto ao perfil do curso de Pedagogia-Bilíngue, está voltado ao atendimento de estudantes surdos, tendo por objetivo principal formar o educador bilíngue, que ao final do curso esteja apto a trabalhar com a educação de estudantes surdos e ouvintes, atendendo a todos em sua primeira língua e com metodologias adequadas.

O ingresso ao curso, que é ofertado na modalidade presencial, ocorre mediante a instauração pública do Processo Seletivo pelo Centro de Seleção do IFG, oferecendo 30 vagas por ano, em período noturno, sendo que 30 por cento de suas vagas é destinado a estudantes surdos e, o restante para o público em geral, constituído de ouvintes, por seleção via ENEM.

A matriz curricular do curso é formada por núcleos do conhecimento teórico e práticos, sendo: Núcleo de estudos de formação geral; Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional; Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

A partir destes núcleos é que se abrem as especificidades para formar as disciplinas ofertadas pelo curso em Goiás, utilizando a metodologias de ensino por meio presencial de estudos temáticos, seminários, projetos de iniciação científica, pesquisa, monitoria e extensão.

Nessa perspectiva, o egresso da Licenciatura em Pedagogia-Bilíngue através do processo formativo tornar-se-á apto para atuar nas seguintes áreas, todas envolvendo pessoas surdas e ouvintes: Exercer a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras afins; Trabalhar em espaços escolares e não-escolares; Atuar e participar diretamente na gestão das instituições; Atuar como pesquisador.

Além dessas áreas que constam nas Diretrizes específicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, existem também as áreas explicitadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ou seja, a capacitação no curso de Pedagogia-Bilíngue expande a atuação do profissional para as seguintes vertentes: Coordenador pedagógico; Orientador educacional; Professor de técnicas e recursos audiovisuais; Supervisor de ensino e Designer educacional.

Essa ampliação proporcionada pelo CBO faz com que a atuação do profissional capacitado envolva diversas áreas do conhecimento e ambientes interdisciplinares de espaços educacionais com pessoas surdas e ouvintes, desde as Tecnológicas, Sociais e Humanas.

Continuando na estrutura do PPP, observa-se que ele aborda também um breve histórico sobre a situação educacional do Estado de Goiás e especificamente a região de Aparecida de Goiânia, cidade onde está situado o Instituto, além de relatar informações sobre a formação dos cursos de Pedagogia no Brasil e suas diretrizes legais. Anexos ao PPP estão dispostas as ementas de todas as disciplinas oferecidas no curso, bem como as bibliografias consultadas para a elaboração do mesmo. Estão descritos ainda, o quadro administrativo e docente responsável pelo desenvolvimento do curso.

É possível perceber pela apresentação do perfil do egresso, bem como da área de atuação profissional, que este curso visa uma formação mais ampla, alinhada às práticas da pedagogia mais geral. Esta formação é relevante, especialmente porque o curso prevê uma cota de 30% das vagas a estudantes surdos, priorizando assim a comunidade surda, oferecendo ainda formação para atuar não apenas na docência em diversos espaços, mas na gestão escolar e em pesquisas.

Quadro 4 - Perfil do Curso no INES - Rio de Janeiro

Instituição	Carga horária total do curso	Perfil do egresso	Área de atuação do profissional	Carga horária das disciplinas	Carga horária do estágio supervisionado
INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos (à distância com apoio nos pólos presenciais)	3.300 h/aulas	Docência, Pesquisa e Gestão Educacional	<ul style="list-style-type: none"> - agentes interculturais, ao estudo de temas relativos à pedagogia bilíngue; - contribuir para a melhoria do aprendizado dos/as surdos/as, tanto em espaços formais, quanto em espaços não formais, dos mais variados níveis; - desenvolver metodologias de ensino e materiais didáticos fundados na visualidade; - avaliar a formulação e a implementação de práticas pedagógicas voltadas para surdos/as em articulação com as políticas públicas na área da surdez; - contribuir para o avanço científico da área; - oportunizar reflexões sobre bilinguismo, letramento e surdez. 	2.880 h/aulas formativas específicas e 120 h/aulas teórico-práticas.	300 h/aulas

Fonte: Elaborado pela autora

O quarto quadro refere-se ao INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos, que é referência na educação de surdos, oferece Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior: graduação e pós-graduação. O INES foi fundado em 26 de setembro de 1857 e tornou-se a instituição de referência no atendimento às pessoas com deficiência auditiva no país.

Desde sua fundação, em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e em países vizinhos, o INES recebeu estudantes de todo o Brasil e do exterior, configurando-se como referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos/as (PPP INES, 2015, p. 25). Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução literária, o ensino profissionalizante. Assim, a conclusão dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos homens frequentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato. Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, para o ensino em Libras culminando com a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta.

Desta forma, os esforços realizados pelos gestores da Instituição atribuíram ao INES a responsabilidade de organizar o primeiro curso denominado então Curso Normal Superior, regulamentado em 2005, com a primeira turma do Curso Normal Superior iniciada em 2006. O curso oferecia duas turmas de 30 estudantes cada, nos turnos diurnos e noturnos. Ao final de 2006 uma Resolução CNE/CP nº 01/2006, em seu art. 11, permitiu a transformação do Curso Normal Superior em Cursos de Pedagogia, o que levou à fundação do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A partir de 2011 o INES (2015, p.29) passou a ofertar a primeira turma de Educação Superior em Pedagogia Bilíngue da América Latina na forma presencial. Em 2012 houve autorização para a oferta do curso de Pedagogia bilíngue, na modalidade à distância, com início da primeira turma em 2016, de acordo com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011).

Os cursos foram distribuídos, conforme orientações do Ministério da Educação e Cultura, totalizando a oferta de 360 vagas anuais para o curso de Pedagogia Licenciatura à distância, sendo que o ingresso no curso se dará através de vestibular próprio.

O processo de ensino e aprendizagem de um curso online guarda algumas especificidades em relação à modalidade de EAD tradicional. No curso bilíngue oferecido pelo INES, voltado para estudantes surdos/as e não-surdos/as, busca-se desenvolver uma metodologia própria para atender de forma igualitária a esse público misto, no intuito de capacitar a todos de acordo com o desempenho de cada um dos alunos.

A matriz curricular se organiza em três núcleos principais: 1) Núcleos de Estudos Básicos, que apresentam atividades formativas que organizam, discutem e refletem sobre as complexas noções de linguagem, do discurso e especificidades linguísticas relacionadas ao caráter bilíngue do Curso; 2) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, que reflete o aprofundamento do conhecimento do trabalho docente, diversificando conhecimentos sobre a linguagem humana e a prática pedagógica; e 3) Núcleo de Estudos Integradores, que são as atividades que integram o trabalho e pesquisa científica, proporcionando a participação em atividades práticas e a vivência em diferentes áreas educacionais.

Um ponto relevante apresentado relaciona-se às formas de ingresso nos cursos de Pedagogia Bilíngue ofertados pelo INES. As provas são ofertadas 50% em português e 50% em Libras, garantindo a condição bilíngue do candidato; segundo o PPC para todas as atividades e etapas do processo há versões em Libras, assegurando a acessibilidade às informações. Também são reservadas 50% das vagas para candidatos surdos.

Evidencia-se um grande favorecimento às pessoas surdas no processo seletivo para o curso de Pedagogia Bilíngue ofertado pelo INES. Inferimos que isto se deve ao compromisso histórico do INES com a comunidade surda que, ao que parece, visa minimizar os diversos problemas educacionais enfrentados ampliando as possibilidades para ingresso no ensino superior. Este favorecimento é de grande relevância, visto que ter como modelo um profissional surdo nos anos iniciais de aprendizado da escolarização é fundamental. Trata-se da constituição de sujeitos.

3.2 Comparativo entre os requisitos básicos das três instituições

Realizando uma breve comparação entre as instituições de ensino que ofertam o curso de Pedagogia Bilíngue foi possível verificar que existem algumas diferenças entre os perfis dos egressos, as cargas horárias das aulas formativas específicas, as aulas teórico-práticas e os estágios supervisionados. Essas diferenças são apresentadas através do quadro comparativo abaixo, que foi elaborado pela autora a fim de facilitar a visualização do conteúdo de forma simplificada, permitindo a apresentação dos dados coletados lado a lado para um estudo mais detalhado.

Quadro 5 - Comparativo entre as cargas horárias compilado dos quadros 2, 3 e 4

Instituição	INES	IFSC Palhoça	IFG Aparecida de Goiânia
Carga horária total	3.300 h/aulas	3.460 h/aulas	3.467 h/aulas
Carga horária das atividades formativas	2.880 h/aulas	2.880 h/aulas	2.835 h/aulas
Carga horária atividades teórico-práticas	120 h/aulas	200 h/aulas	200 h/aulas
Carga horária Estágio Supervisionado	300 h/aulas	400 h/aulas	432 h/aulas
Perfil dos egressos	Docência Pesquisa e Gestão Educativa	Docência	Docência Pesquisa e Gestão Educacional

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos compreender que a instituição que oferece maior carga horária é o Instituto Federal de Goiás, que está no Campus de Aparecida de Goiânia, com 3.467 horas/aulas, seguido pela IFSC, Campus de Palhoça com 3.460 horas/aulas e finalizando com o INES, que oferece um curso de 3.300 horas/aulas. Essa variação é questionável quanto ao conteúdo oferecido pelos cursos em questão, ou seja, no caso do IFG que é quem tem a maior carga horária, a proposta da formação é para futuros pedagogos exercerem a função tanto docente, quanto gestora e também como pesquisador. Comparado ao IFSC que oferece o curso com o intuito na formação docente do profissional. No entanto, o INES, também oferece a formação para docência, pesquisa e gestão e a carga horária é a menor apresentada entre as instituições analisadas.

Agora vejamos a distribuição entre as cargas horárias e suas ementas formativas, para tentar identificarmos o motivo das diferenças apresentadas.

No INES a carga horária total apresentada é de 3.300 horas/aulas, sendo distribuída em 2.880 horas/aulas em atividades formativa específica, seguida de 120 horas/aulas teórico-práticas e são 300 horas/aulas de estágio supervisionado.

No caso do IFG, a carga horária de 3.467 horas/aulas que estão distribuídas da seguinte forma: 2.835 horas/aulas em atividades formativas específicas, 200 horas/aulas de atividades complementares e 432 horas/aulas em estágio supervisionado.

Para o IFSC, a carga total de 3.460 horas/aulas estão distribuídas em: 2.880 horas/aulas em atividades formativas específicas, 200 horas/aulas em atividades complementares e 400 horas/aulas em estágio supervisionado.

Levando em consideração a especificidade de cada curso ofertado e seus objetivos estabelecidos no PPC, podemos conjecturar que a semelhança entre as cargas horárias aparecem apenas no quesito atividades complementares no caso dos Institutos Federais, se diferenciando também um do outro quanto às demais atividades.

No caso do INES podemos considerar que o fato do curso ser oferecido totalmente em carácter online e não como Ensino à Distância (caracterizados por encontros presenciais), explique sua carga horária reduzida, nos quesitos de estágio supervisionado e aulas teórico-práticas quando comparada com os demais cursos aqui analisados, embora tenha a mesma pretensão do IFG, formar docentes, gestores e pesquisadores.

Já para o IFSC e INES, a carga aplicada às atividades formativas específicas tem um peso maior no curso (2.880 horas/aulas), comparada ao IFG, no entanto um tem o perfil dos egressos na docência e ou outro na docência, gestão e pesquisa.

Quanto ao perfil dos egressos, duas instituições prezam pela formação de um profissional mais completo, capaz de lecionar, administrar ou gerir uma instituição (IFG e INES) ou atuar como pesquisador na área específica. Essa formação profissional possibilita a compreensão do potencial e capacidade das pessoas surdas atuarem na gestão assegurando o acesso, ampliando as oportunidades e favorecendo o conhecimento, pois elas estão capacitadas a compreender melhor a realidade em que estão inseridas.

O único que tem o perfil de egresso especificamente voltado para a docência é o IFSC. Todavia, ao perfil profissional do egresso já caracterizado anteriormente, quer seja de formação docente, administração ou pesquisa deverá ser acrescentado o desafio da educação online, como conhecimento e a utilização de novas tecnologias, sempre preservando a unidade e interação entre os indivíduos, pois, como podemos compreender sobre a ótica dialógica de Freire (2000, p.20), o aprendizado deve ser constante e de forma recíproca, pois:

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele [...] de alguma maneira, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2000, p. 20).

Considerando esse pensamento, o perfil dos egressos do IFSC, pretende que os profissionais ali formados, estejam aptos à Docência na Educação Infantil e início do Ensino Fundamental, bem como na Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, atuando em diversas áreas, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A gestão e organização de sistemas e instituições de ensino, conjuntamente com a elaboração e assessoramento de programas educacionais em âmbito público e privado, fazem parte dos objetivos da instituição. O pedagogo formado no curso do IFSC estará apto a atuar em ambientes bilíngues (Libras-Português) e regulares de ensino demonstrando sua interdisciplinaridade e diferenciação.

Ao perfil traçado pelo PPC do IFG, agregam-se às competências já apresentadas aos egressos, as áreas de atuações disponíveis na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ou seja, o profissional estará apto também a exercer as funções seguintes: 1. Coordenador Pedagógico; 2. Orientador educacional; 3. Professor de técnicas e recursos audiovisuais; 4. Supervisor de ensino e 5. Designer educacional.

Ampliando dessa forma o campo de atuação desse profissional, para Barbosa (2006), a instituição de ensino formadora de profissionais precisa ser um lugar de construção do conhecimento, e não apenas transmitir produtos e técnicas. Pois ainda segundo a autora a ausência dessa característica é o maior risco que ronda as propostas alternativas apresentadas pelos Institutos Superiores de Educação, que buscam cortar caminho, como solução para o atraso educacional em que o país vive. Segundo a autora, “a formação do professor precisa estar apoiada nas referências da formação específica nas diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que, nos saberes pedagógicos, construídos no âmbito da formação do pedagogo” (BARBOSA, 2006, p.71).

O profissional bilíngue para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. (BRASIL, 2004). Identificamos esse perfil profissional não apenas pelo que é apresentado no item “perfil do egresso”, mas retornamos ao início do curso, observando

os requisitos e formas de ingresso no curso, uma vez que o ingresso já realiza uma seleção daqueles que se pretende formar.

Quanto ao curso oferecido em Palhoça,

O ingresso no curso se dará por processo seletivo, regado por edital público e de acordo com a normatização do Instituto Federal de Santa Catarina e legislação pertinente para cursos de licenciatura. Dessa forma, o ingresso no primeiro período do curso vincula-se aos estudantes portadores de certificados de conclusão do Ensino Médio ou equivalente na forma da lei (PPC IFSC, p. 25).

No curso oferecido no IFG, os requisitos exigidos para acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue são por meio da instauração pública a cada semestre letivo, pelo Centro de Seleção do IFG, dos seguintes processos seletivos: Edital vestibular Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Edital de Transferência externa e Portador de diploma; Edital de Reingresso e mudança de curso/ câmpus.

Respeitando as exigências sobre cadastro e reserva de vagas em cumprimento a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), o IFG (2018), reserva no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cursos superiores a candidatos oriundos de Escolas Públicas, de acordo com a Lei 12.711/12, regulamentadas pelo Decreto 7.824/12 e Portaria Normativas MEC 18/2012 que dispõem sobre a implementação da reserva de vagas nas instituições federais de ensino (BRASIL, 2012).

Outra política institucional é a publicação de edital específico para o preenchimento das vagas remanescentes. Portanto, o ingresso no curso efetiva-se a partir da realização da matrícula de estudantes portadores de certificados de conclusão do Ensino Médio ou equivalente na forma da lei.

Podemos identificar a partir das análises, e fazendo um comparativo neste quesito entre o curso de formação de Palhoça e o INES que, apesar do curso de Palhoça formar exclusivamente para o ensino, este não prevê a cota para surdos como é feito pelo INES.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as propostas de projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia Bilíngue oferecidos no país, a fim de identificar o profissional esperado para atuação no espaço escolar e os tipos de espaço de atuação.

Após a discussão sobre o surgimento deste curso, especificamente voltado para a formação de profissionais em espaços educacionais bilíngues para surdos, pudemos compreender que de forma geral, a educação bilíngue tem avançado no Brasil, ainda que a passos curtos. Nos últimos anos foram criadas várias leis que ampliam as possibilidades de inserção educacional para o público surdo, com a formação de cursos especificamente voltados para esta parcela da população, preparando os docentes ou profissionais para atuarem de forma geral nos mais diversos segmentos, possibilitando assim um novo mercado de trabalho.

Com a ampliação dos cursos de formação em Pedagogia Bilingue a atuação profissional de surdos contribui para a ampliação de novas oportunidades para pessoas surdas, desenvolvendo seus conhecimentos, tornando-se um referencial para seus pares, contribuindo para o incentivo a continuidade formacional e atuação como gestor educacional. A análise nos leva a questionar como os cursos de formação têm pensado suas grades curriculares e o que está sendo feito para torná-la mais abrangente, pois em alguns casos, os próprios interessados (surdos) não têm acesso à formação.

A partir de uma metodologia documental e qualitativa de pesquisa, fizemos uma busca nos sites do MEC e dos cursos de Pedagogia Bilíngue a fim de encontrar os projetos pedagógicos que regem os cursos em funcionamento hoje no Brasil. A documentação foi lida e analisada a partir dos objetivos, buscando as respostas para melhor compreender este novo profissional no cenário da educação de surdos.

Foram encontrados os PPPs de três cursos que oferecem o curso em Pedagogia Bilíngue, a saber: o INES, o IFG e pelo IFSC. A formação acadêmica destes profissionais busca suprir uma demanda cada vez mais solicitada pelo mercado quer seja para a atuação docente ou administrativa em empresas públicas e privadas.

Observa-se que cada um dos cursos possui características peculiares, que os diferenciam entre si. No caso do INES, os cursos oferecidos abrangem uma parcela maior da

população, visto se tratar de um curso à distância com vários pólos de aplicação. Tanto o INES quanto o IFG formam seus egressos visando a docência, pesquisa e administração educacional, podendo estes atuar nos mais variados segmentos da sociedade. No caso específico do INES, o oferecimento de cotas de vagas para surdos em seu processo seletivo para ingresso no curso de formação bilíngue, bem como a oferta da prova em Libras, demonstra uma maior preocupação com o desenvolvimento dessa parcela da sociedade e sua participação no mercado de trabalho também. O Instituto cumpre o seu papel ao proporcionar aos surdos oportunidades diferenciadas das demais instituições.

Entendemos que são cursos novos e em fase de estruturação e, portanto, nosso objetivo não foi apontar falhas ou aspectos negativos dos referidos cursos, mas compreender quem é esse profissional formado em Pedagogia Bilíngue e onde a formação possibilita que ele atue. Cremos que esta profissão deveria ser destinada ao surdo, para que possam ser parte da educação básica de seus pares, crianças surdas sem acesso à Libras, em sua maioria. Algumas iniciativas parecem priorizar os surdos, todavia ressaltamos a necessidade de maior investimento na formação de educadores surdos. Caso contrário, seguiremos agindo como sempre: ouvintes conduzindo a educação de surdos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: artes e técnicas, ciências e políticas**. São Paulo: Unesp, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7612-17-novembro-2011-611789-norma-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 26 nov. 2019.

BRASIL. **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**. 2. ed. Brasília: Senado Federal. 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília 24 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº. 10.098**, art. 18 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 26 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília: DOU. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação inclusiva: Dia Nacional da Libras é celebrado com novidades na aprendizagem para surdos**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/47771-dia-nacional-da-libras-e-celebrado-com-novidades-na-aprendizagem-para-surdos>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. 2006. **I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/audiencias-publicas/audiencias-pub>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Nota técnica Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Dispõe sobre as orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. 2014. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa: programa nacional de apoio à educação de surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94p. il.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC:SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CANDIDO, Eliane Aparecida Pisa; NASCIMENTO, Cláudia Regina Siena do; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.11, n. esp. 2, p. 1017-1033, 2016.

ESTRADA, Manuel Martín Pino. **Comunidade surda, seus direitos e educação por meio de Libras**. Publicado por Fátima Buregio. Disponível em: <http://fatimaburegio.jusbrasil.com.br/artigos/655241140/comunidade-surda-seus-direitos-e-educacao-por-meio-de-libras>. Acesso em: 21 mai. 2019.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo 2010**. Deficiência. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2965&t=pns-2013-dois-anos-mais-metade-nascimentos-ocorreram-cesariana&view=noticia>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Câmpus Palhoça Bilíngue. **Pedagogia Bilíngue** (Libras-Português). 2018. Disponível em: <https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2018/05/Pedagogia-curricularizado-Palho%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

IFG. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue**: Libras/Português. Câmpus Aparecida de Goiânia/Go. 2018. Disponível em: [http://file:///D:/Usuario/Downloads/APA-PPC_PEDAGOGIA_BILINGUE%20\(1\).pdf](http://file:///D:/Usuario/Downloads/APA-PPC_PEDAGOGIA_BILINGUE%20(1).pdf). Acesso em: 13 fev. 2019.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia** (modalidade à distância). Rio de Janeiro. 2015. Disponível em:

https://neoines.com.br/pluginfile.php/9228/mod_resource/content/3/Projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

LEITE, Maurycía. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia numa perspectiva bilíngue. **Revista Diálogos**. V. 4, N. 1, 2016.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação de surdos e proposta bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 713-729, jul./set. 2016.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Educação inclusiva bilíngue para Surdos**: Problematizações acerca das políticas educacionais. São Carlos: Edufscar, 2016.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar Português para alunos surdos**. Brasília, DF: MEC: Seesp, 2006.

SEBRAE, MG. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, v.7, 2008. Série Políticas Públicas, 48p. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20%PÚBLICAS.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.